



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337  
Blumenau, v. 11, n. 2, p. 06-24, abr./jun., 2015

doi:10.4270/ruc.2015209

Disponível em [www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil)



**PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS<sup>1</sup>**

**LOSS IN THE RECOVERABLE VALUE OF ASSETS: EXPLANATORY FACTORS OF THE LEVEL OF DISCLOSURE IN BRAZILIAN PUBLIC COMPANIES**

**DETERIORO DE ACTIVOS: FACTORES EXPLICATIVOS NIVEL DIVULGACIÓN DE EMPRESAS BRASILEÑAS NEGOCIADO**

**Maíra Melo de Souza**

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Professora do Departamento de Ciências Contábeis (UFSC)  
Endereço: Campus Universitário Reitor David Ferreira Lima, Trindade  
CEP: 88.040-380 – Florianópolis - SC  
E-mail: [mairameloufsc@gmail.com](mailto:mairameloufsc@gmail.com)  
Telefone: (48) 3721-9383

**José Alonso Borba**

Pós-Doutor pela École des Hautes Études Commerciales de Montréal, Canadá  
Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Endereço: Campus Universitário Reitor David Ferreira Lima, Trindade  
CEP: 88.040-380 – Florianópolis - SC  
E-mail: [jalonso@ufsc.br](mailto:jalonso@ufsc.br)  
Telefone: (48) 3721-9897

**Artur Filipe Ewald Wuerges**

Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Administração (CPGA/UFSC)  
Mestre em Administração (CPGA/UFSC)  
Endereço: Campus Universitário Reitor David Ferreira Lima, Trindade  
CEP: 88.040-380 – Florianópolis - SC  
E-mail: [awuerges@gmail.com](mailto:awuerges@gmail.com)  
Telefone: (48) 3721-9897

**Rogério João Lunkes**

Pós-Doutor em Contabilidade pela Universitat de Valencia, Espanha  
Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
Endereço: Campus Universitário Reitor David Ferreira Lima, Trindade  
CEP: 88.040-380 – Florianópolis - SC  
E-mail: [lunkes@cse.ufsc.br](mailto:lunkes@cse.ufsc.br)  
Telefone: (48) 3721-6634

<sup>1</sup> Artigo recebido em 07.09.2013. Revisado por pares em 22.01.2014. Reformulado em 10.07.2015. Recomendado para publicação em 01.08.2015 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 21.08.2015. Organização responsável pelo periódico: FURB.

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo identificar se existe relação entre o nível de evidenciação (*disclosure*) da perda no valor recuperável (*impairment*) de ativos e determinadas características das empresas de capital aberto brasileiras. Para medir o nível de *disclosure* foi calculado um índice de evidenciação com base em cinco métricas elaboradas a partir das exigências de divulgação contidas no pronunciamento CPC-01. Os dados para cálculo dos índices foram obtidos por meio de análise de conteúdo nas notas explicativas e demonstração do resultado do exercício das empresas. Através de um modelo de regressão linear múltipla foram testadas seis hipóteses constituídas com base nas seguintes variáveis independentes: tamanho; rentabilidade; empresa de auditoria; governança corporativa; internacionalização e endividamento. Os resultados demonstram que, em média, as empresas maiores e auditadas por *Big Four* tendem a ter um maior nível de atendimento às exigências de divulgação do CPC-01, e ao nível de significância de 10% as empresas com maiores níveis de endividamento e que adotam algum nível diferenciado de governança corporativa tendem a apresentar um maior nível de adequação às exigências de evidenciação emanadas pelo CPC-01.

**Palavras-chave:** Ativos. Redução no valor recuperável. Evidenciação.

**ABSTRACT**

*This work aims to identify significant factors that explain the level of disclosure of the loss in the recoverable value of assets in public companies in Brazil. To measure the level of disclosure we calculated an index of disclosure based on five metrics drawn from the disclosure requirements contained in the statement CPC-01. The data for calculating rates were obtained through content analysis in the footnotes and Statement of Income of companies. After calculating the disclosure index (that is the dependent variable in this study), we employed a multiple linear regression model to test six hypotheses formed based on the following independent variables: size, profitability, audit firm, corporate governance, internationalization and debt. The results show that, on average, larger firms audited by Big Four tend to have a higher level of adequacy to the disclosure requirements of the CPC-01, and at the significance level of 10% firms with larger debt index and a differentiated level of corporate governance, on average, to have a greater level of adequacy to disclosure requirements issued by the CPC-01.*

**Keywords:** Assets. Impairment loss. Disclosure.

**RESUMEN**

*Este estudio tiene como objetivo determinar si existe una relación entre el nivel de divulgación de la pérdida de valor de activos y ciertas características de las empresas que cotizan en bolsa en Brasil. Para medir el nivel de divulgación se calculó un índice de divulgación basado en cinco indicadores extraídos de las obligaciones de información contenidas en el CPC-01. Datos para el cálculo de los índices se obtuvieron mediante el análisis de contenido de las notas y los estados financieros de las empresas. A través de un modelo de regresión lineal múltiple se probaron seis hipótesis formadas en base a las siguientes variables independientes: tamaño, la rentabilidad, la empresa de auditoría, gobierno corporativo y endeudamiento internacional. Los resultados muestran que, en promedio, las grandes empresas auditadas por cuatro grandes tienden a tener un mayor nivel de cumplimiento de los requisitos de revelación de la CPC-01, y el nivel de significación del 10% de las empresas con mayores niveles de deuda y adoptar un nivel diferenciado de gobierno corporativo tienden a tener un mayor nivel de cumplimiento de los requisitos de información emitidos por el CPC-01.*

**Palabras clave:** Activo. Pérdida por deterioro. Divulgación.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma perda no valor recuperável deve ser reconhecida sempre que o montante do valor recuperável de um ativo estiver inferior ao seu respectivo valor contábil (HERRMANN; SAUDAGARAN; THOMAS, 2006). O procedimento para identificar se um ativo perdeu capacidade de gerar benefícios futuros é conhecido como teste de redução no valor recuperável (*impairment test*), ou teste de recuperabilidade de ativos.

No Brasil o teste de redução no valor recuperável de ativos é normatizado pelo CPC-01 (Redução no Valor Recuperável de Ativos), emitido em 2007 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), este pronunciamento é alinhado à norma internacional IAS-36 do *International Accounting Standards Board* (IASB), e sua versão revisada foi aprovada em 2010 (CPC-01 R1).

O cálculo do valor recuperável exige que a administração utilize uma série de pressupostos e projeções, com base em estimativas de receitas e lucros futuros. Estas projeções podem abrir espaço para possíveis manipulações de resultados (SEVIN; SCHROEDER, 2005). E como as baixas no valor recuperável de ativos podem ser discricionárias, é de extrema importância o adequado *disclosure* de como e quando elas ocorreram (ZUCCA; CAMPBELL, 1992; BINI; BELLA, 2007).

Conforme Fields, Lys e Vicent (2001), a preparação e evidenciação das demonstrações contábeis envolvem um julgamento decorrente das escolhas contábeis existentes. Uma escolha contábil é qualquer decisão cujo objetivo seja influenciar o resultado da contabilidade, incluindo não apenas as demonstrações contábeis, mas, também, os outros documentos provenientes da contabilidade. Neste contexto, a evidenciação das informações acerca do valor recuperável de ativos ganha relevância (IUDÍCIBUS, 2004; MCSWEENEY, 2009; SILVA; MARQUES; SANTOS, 2009).

O pronunciamento CPC-01 determina quais são as exigências de divulgação referentes ao reconhecimento de perdas no valor recuperável de ativos. Para Bushman e Smith (2003), a adequada evidenciação das informações, observando normas de contabilidade financeira de qualidade, permite ao investidor verificar a criação de valor proporcionada pela empresa, visto que as chances de erros são menores.

Entretanto, algumas pesquisas realizadas no Brasil constataram deficiências na divulgação da perda no valor recuperável de ativos em empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), referente ao exercício de 2008, encontrando níveis diversos de evidenciação. Como exemplos, têm-se as pesquisas de Silva, Marques e Santos (2009), Borba, Souza e Zandonai (2009), Tavares et al. (2010) e Ono, Rodrigues e Niyama (2010).

Vários estudos sobre o *disclosure* têm abordado o impacto das características das empresas em relação ao nível de divulgação praticado nas demonstrações contábeis. Estas características incluem o tamanho, status de listagem, alavancagem, rentabilidade, empresa de auditoria, o tamanho do mercado de capitais, a atividade no mercado de capitais, a dispersão das ações, cultura organizacional, entre outras variáveis (STREET; BRYANT, 2000). Nesta linha de pesquisa, formulou-se o seguinte problema: Quais fatores explicam o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas empresas de capital aberto brasileiras?

O objetivo deste estudo é identificar se existe relação entre o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e determinadas características das empresas de capital aberto brasileiras. Esta pesquisa avança em relação aos estudos já realizados, visto que busca vislumbrar a existência de uma possível associação entre o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e algumas características econômico-financeiras das empresas de capital aberto brasileiras.

Os ativos representam a aplicação dos recursos que foram obtidos pelas empresas, eles podem ser de origem própria (acionistas/sócios) ou de terceiros (aumento do endividamento).

Nesse contexto, e evidenciação adequada dos recursos aplicados no ativo contribuem com a análise das expectativas de fluxos de caixa relacionadas à empresa. No Brasil, um país em desenvolvimento, estudos que demonstram a maneira como as empresas estão evidenciando suas informações contábeis são relevantes e oportunos.

Nessa concepção, para as empresas brasileiras, a realização de um melhor nível de *disclosure* pode ser vista de maneira positiva, sendo um indicador de preocupação com a transparência perante o mercado. Estudos abordando o *disclosure* das informações relativas ao valor recuperável dos ativos, impostas por uma norma de contabilidade, são relevantes para a sociedade e para os órgãos normatizadores brasileiros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A relação de agência, nas empresas, é definida como um contrato por meio do qual uma ou mais pessoas (proprietários/acionistas) delegam para um agente, ou agentes, poderes para executar serviços em seu nome. Os problemas de agência ocorrem quando os gestores começam a tomar decisões visando seus próprios interesses (JENSEN; MECKLING, 1976). Neste contexto, o movimento por governança corporativa surgiu como forma de mitigar conflitos de interesses entre gestores e proprietários (SHLEIFER; VISHNY, 1997). Governança corporativa pode ser entendida como um conjunto de mecanismos por meio dos quais os investidores se protegem contra possíveis expropriações ou desperdícios por parte dos gestores (LA PORTA *et al.*, 2000).

Expondo os princípios pertinentes à governança corporativa, Iudícibus, Marion e Pereira (2003, p. 118), a definem como um sistema que rege as empresas garantindo, aos sócios ou acionistas, uma gestão estratégica e efetivo monitoramento da diretoria executiva através da observância dos princípios de equidade (*fairness*), transparência (*disclosure*), responsabilidade pelos resultados (*accountability*) e obediência as leis e normas (*compliance*).

No conceito apresentado pelos referidos autores, pode-se perceber que a *compliance* está diretamente relacionada à transparência, visto que transparência respeita a adequada evidenciação das informações, e neste contexto o cumprimento das leis e normas deve ser observado.

Pereira *et al.* (2008) discorrem que a adequada evidenciação das informações no mercado de capitais possui a função de amenizar a assimetria de informação entre gestores e usuários externos, podendo ser realizada de forma compulsória, por meio de mecanismos legais e/ou normativos, ou de forma voluntária pelas empresas.

Corroborando com esta assertiva, Lopes e Martins (2005) explicam que um dos principais propósitos das informações geradas pela contabilidade é colaborar na redução da assimetria informacional entre os usuários internos e externos da organização.

Reforçando a importância da contabilidade na redução da assimetria informacional, Borgerth (2007) assevera que o crescimento e sofisticação dos mercados no qual acionista (investidor) e administrador são pessoas distintas avultou no desenvolvimento da contabilidade, hoje suportada por princípios e padrões que visam possibilitar aos seus interessados interpretar as informações e os resultados das organizações sob os mesmos conceitos básicos.

Neste contexto, ganha relevância o tema evidenciação. Hendriksen e Van Breda (2009) explicam que qualquer informação que, se não divulgada, possa distorcer a análise do usuário deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis. Assim, a evidenciação contribui na redução de possíveis assimetrias de informação entre as empresas e seus *stakeholders* (BRAMMER; PAVELIN, 2008), constituindo um dos pilares das boas práticas de governança corporativa.

Nessa linha de raciocínio, no que compete ao *disclosure* das informações econômicas e financeiras, merece relevância o tema “evidenciação de ativos”, visto que, quanto mais precisa a avaliação dos ativos, mais acessível fica para o investidor estimar o valor da empresa

(WHITWELL; LUKAS; HILL, 2007). De acordo com o CPC-01/R1 os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável testado sempre que existirem evidências que possam indicar uma redução em seu valor recuperável e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve ser testado no mínimo anualmente, independente de existirem indicativos de perda.

Entretanto, vários estudos têm alertado para a possibilidade de gerenciamento nos procedimentos de obtenção do valor recuperável dos ativos, a esse respeito, Duh, Lee e Lin (2009) defendem que mecanismos eficazes de governança corporativa poderiam atenuar possíveis práticas de gerenciamento de resultados envolvendo reconhecimentos de perdas por *impairment*, e nessa concepção a transparência nas demonstrações contábeis e notas explicativas publicadas é crucial.

O estudo de Beatty e Weber (2006) revelou que a decisão de acelerar ou atrasar o reconhecimento de perdas por *impairment* podem ser afetadas por fatores como: interesse em buscar financiamentos (contrair dívidas), bônus, volume de negócios e intercâmbio.

Reforçando os achados de Beatty e Weber (2006), os pesquisadores Lapointe-Antunes; Cormier e Magnan (2008) também encontraram evidências empíricas da existência de uma relação entre os incentivos dos gestores em suas escolhas contábeis no que tange a magnitude de perdas por *impairment no goodwill*, contudo, os referidos autores também verificaram que a existência de um Comitê de Auditoria pode contribuir na inibição de possíveis atitudes oportunistas por parte de gestores.

A ideia subjacente é que os investidores (usuários externos) investem dinheiro na empresa e os agentes internos possuem a incumbência de aplicá-lo em ativos que trarão benefícios econômicos futuros que conseqüentemente irão gerar distribuição de lucros para esses investidores. Nesta lógica, os proprietários precisam ter a possibilidade de, nas demonstrações contábeis e notas explicativas, encontrar a adequada evidenciação de onde foram aplicados os recursos investidos por eles (ativos), bem como a adequada informação sobre o seu valor recuperável.

Assim, a falta de evidenciação dos procedimentos pertinentes ao cálculo do valor recuperável dos ativos pode gerar assimetria informacional, bem como possibilitar o gerenciamento de resultados (DUH; LEE; LIN, 2009).

Sobre esta base, pode-se depreender que a evidenciação das informações concernentes ao valor recuperável de ativos é fator essencial para os usuários externos, visto que os procedimentos emanados pelo CPC-01 R1 envolvem estimativas complexas e passíveis de manipulação, conforme já apontado por autores como Carlin, Finch e Khairi (2010).

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica e no que compete aos objetivos é exploratória. A abordagem do problema é quantitativa e qualitativa, visto que para responder o problema de pesquisa utilizou-se de ferramentas estatísticas, mas também foi necessária a análise qualitativa das notas explicativas para obtenção da variável dependente utilizada neste estudo. A obtenção dos dados foi realizada, predominantemente, por meio documental.

#### 3.1 Seleção da Amostra

A amostra definida para esta pesquisa são todas as companhias abertas listadas na BOVESPA, exceto as instituições financeiras e seguradoras, visto que possuem regulamentação própria e especificidades patrimoniais não comparáveis aos demais tipos de empresas.

Desta maneira, verificou-se todas as empresas não-financeiras listadas na BOVESPA, e foram selecionadas apenas aquelas que reconheceram perda no valor recuperável de ativos entre

os anos de 2008 e 2011. Através deste critério obteve-se uma amostra de 96 casos de perda por *impairment* que ocorreram entre os anos de 2008 e 2011.

### 3.2 Procedimentos de Coleta de Dados

Para medir o nível de evidenciação referente à perda no valor recuperável de ativos, foi calculado um índice (percentual), denominado “índice de evidenciação”, que constituiu a variável dependente neste estudo.

Os dados referentes à variável dependente foram obtidos através de fonte secundária proveniente das notas explicativas e da demonstração do resultado do exercício, arquivados no site da BOVESPA.

Como parâmetro de medição do nível de evidenciação, foram construídas 5 métricas de verificação com base nas exigências de divulgação contidas no pronunciamento técnico CPC-01 emitido em 2007, visto que dois (2008 e 2009) dentre os 4 anos abrangidos nesta pesquisa estavam sob a vigência desta primeira versão da norma sobre redução no valor recuperável de ativos. E a 2ª versão da norma (CPC-01 R1) manteve as mesmas exigências de divulgação.

O parâmetro elaborado para medição (cinco métricas) do nível de evidenciação é comparável, visto que dependendo a natureza do ativo que sofreu perda no valor recuperável existem determinações que não se aplicam em alguns casos, em função desse fato foi necessária a elaboração de 5 métricas de verificação, uma aplicável a cada caso de reconhecimento de redução no valor recuperável de ativos.

Por exemplo: Para uma empresa que reconheceu perda em um ativo individual é aplicável a métrica 1, em outras palavras, as exigências contidas na métrica 1 representam o que a norma exige de evidenciações pertinentes. Já para uma empresa que reconheceu perda em uma unidade geradora de caixa contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura, cuja base do valor recuperável foi o ‘valor em uso’, é aplicável a métrica 4. Os dois índices resultantes são comparáveis, pois foram calculados com base no que cada empresa deveria ter evidenciado, conforme as determinações da norma CPC-01, de acordo com o tipo de ativo que sofreu perda. O que torna válido o método de cálculo dos índices adotado nessa pesquisa.

Desta maneira foram constituídas 5 métricas, apresentadas no Quadro 1, conforme a natureza do ativo que sofreu perda.

**Quadro 1: Métricas de verificação referentes as exigências de divulgação do CPC-01/07**

Métrica	Exigências do CPC-01
<b>Métrica 1:</b> é aplicável aos casos de perda no valor recuperável em um ativo individual, ou vários ativos individuais, em que o valor recuperável foi calculado individualmente para cada ativo, sem ter a necessidade do agrupamento em uma Unidade Geradora de Caixa.	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda por ativo individual
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Natureza do ativo
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
	Informações concernentes ao 'valor em uso' ou 'valor líquido de venda', conforme for o caso.
<b>Métrica 2:</b> casos em que a redução no valor recuperável ocorreu em uma Unidade Geradora de Caixa não contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> ) ou ativo intangível com vida útil indefinida	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
	Se o conjunto de ativos para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior.
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
Informações concernentes ao 'valor em uso' ou 'valor justo menos despesas de venda', conforme for o caso.	

continua

Métrica	Exigências do CPC-01
<p><b>Métrica 3:</b> perda no valor recuperável reconhecida para Unidade Geradora de Caixa contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida, cuja base do valor recuperável foi o ‘valor justo menos despesas de venda’, ou a empresa não tenha informado a base do valor recuperável.</p>	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
	Se o conjunto de ativos para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior.
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
	Base de Mensuração
	O valor contábil do <i>goodwill</i> ou do ativo intangível com vida útil indefinida, alocado a Unidade Geradora de Caixa, ou grupo de unidades se for o caso.
	<p><b>Métrica 4:</b> Reconhecimento de redução no valor recuperável em Unidade Geradora de Caixa contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida, cuja base do valor recuperável foi o ‘valor em uso’ e a companhia informou que o período da projeção não é superior a cinco anos. Ou nos casos em que a companhia não tenha informado o período para a projeção.</p>
Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa	
Linha na DRE na qual a perda foi incluída	
Descrição da Unidade Geradora de Caixa	
Se o conjunto de ativos para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior.	
Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.	
Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável	
Taxa de desconto utilizada	
Descrição das premissas-chave que serviram de base para o cálculo do valor recuperável	
Descrição da abordagem da administração para determinar os valores alocados para cada premissa-chave	
<p><b>Métrica 5:</b> casos de redução no valor recuperável em Unidade Geradora de Caixa contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida, cuja base do valor recuperável foi o ‘valor em uso’ e a companhia informou que o período da projeção é superior a cinco anos.</p>	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
	Se o conjunto de ativos que para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
	Taxa de desconto utilizada
	Descrição das premissas-chave que serviram de base para o cálculo
	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores alocados para cada premissa-chave
Especificar o período (anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa	
Motivos para utilização de orçamentos e previsões, como base, para um período superior a cinco anos.	
Taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa	
O valor contábil do <i>goodwill</i> ou do ativo intangível com vida útil indefinida, alocado a Unidade Geradora de Caixa, ou grupo de unidades se for o caso.	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas exigências de divulgação do CPC-01/07

Desta maneira, a partir da verificação das informações a respeito do tipo de perda definiu-se a métrica com as respectivas exigências de evidenciação pertinentes a cada observação de perda constante na amostra. O Quadro 2 traz a relação de empresas (nome no prego) por métrica utilizada, no cálculo dos respectivos índices de evidenciação.

**Quadro 2: Relação Métrica atribuída a cada empresa em 2008 e 2011**

Métrica/Ano	2008	2009	2010	2011
Métrica 1	Agpart; Unidas; Coteminas; CamargoCim; Cielo; Cremer; Wembley; Telemar Part; Jereissati; La Fonte Tel; LF Tel; Pet Manguinhos; Petrobar; Pronor; Sabesp; Seb e Tec Blumenau.	Bahema; CamargoCim; Equatorial; GPC Part; Hotéis Othon; JBS; Pronor; Sabesp; Springs; Wembley; Yara Brasil.	Battistella;Chiarelli; P.açucar-CBD; Cia. Hering; Dufry; Gerdau; GP Invest; Tecno.	Cemar; Cielo; Dufry; Gol.
Métrica 2	Brasiliana; Braskem; Cesp; Eletrobras; LLX Logística; Petrobras; Tele Nort Cl; Telemar; Telemar NL.	Agconcessões; Agpart; QGN Partic; Battistella; Cesp; Ecodiesel; Jereissati; Kroton; Petrobras; Sanepar.	Eletrobras; Cesp; Carlos Renaux; Gerdau met; Millennium; Petrobras.	Eletrobras; Petrobras.
Métrica 3	Amil; BHG; Bradespar; Br Brokers; Ambev; Const A Lind; Minerva.	Amil; CSN; Unipar.	Idéiasnet	Forja taurus
Métrica 4	Tempo Part; Vale.	Gerdau; Gerdau Met; Globex; Metal Leve; Tempo Part.	Amil; Metal Leve; Usiminas.	Lps Brasil; Lupatech; Metal Leve.
Métrica 5	Dufry Ag	All Amer Lat; Dufry Ag.	IMC Holding	-

A técnica utilizada no tratamento dos dados foi análise de conteúdo. Para o cálculo do índice de evidenciação estabeleceu-se como referência 1 para evidenciação do item e 0 para não evidenciação de item exigido. Assim, o índice é obtido pelo total de itens evidenciados dividido pelo total de itens exigidos. Por exemplo, a empresa CESP evidenciou 6 itens referentes à redução no valor recuperável do ativo, contudo, com base na sua respectiva métrica, deveria ter evidenciado 8 itens, desta maneira possui um índice de evidenciação de 75% ( $6/8 \times 100$ ).

### 3.3 Formulação das Hipóteses

Considerando o problema de pesquisa e com base em estudos semelhantes, foram formuladas seis hipóteses a serem testadas, que são: tamanho da empresa; rentabilidade; empresa de auditoria independente; governança corporativa, internacionalização e endividamento.

#### 3.3.1 Tamanho da Empresa

H1: Empresas maiores possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que empresas menores.

Palmer (2008), medindo a qualidade do *disclosure* pertinente à norma que determina a evidenciação dos impactos da adoção inicial das normas contábeis australianas convergidas com as IFRS, constatou que o tamanho da empresa é uma das variáveis significativas para explicar a qualidade da evidenciação efetuada pelas empresas analisadas. Esse estudo foi realizado com uma amostra de 150 empresas australianas.

Embong, Mohd-Saleh e Hassan (2012) demonstraram em sua pesquisa que empresas maiores possuem maiores benefícios com a divulgação, comparadas as pequenas empresas, visto que as empresas maiores podem obter um menor custo de capital.



Além disso, as empresas maiores possuem um setor de contabilidade mais estruturado (DEPOERS, 2000), e normalmente mais recursos para investir na capacitação continuada de seus funcionários, sendo mais visíveis perante a sociedade. Diante dos argumentos expostos, espera-se que empresas maiores possuam um maior nível de adequação às exigências de divulgação da perda no valor recuperável de ativos. Como *proxy* para o tamanho da empresa, utilizou-se o valor do ativo total.

### 3.3.2 Rentabilidade

H2: Empresas com maior nível de rentabilidade possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as empresas com menor nível de rentabilidade.

Alguns estudos, em diversas épocas, destacaram a rentabilidade como variável significativa para explicar as decisões gerenciais. Na pesquisa de Lev e Mandelker (1972), a única variável que se mostrou significativa para explicar as consequências da realização de fusões ou aquisições foi a rentabilidade. Lapointe-Antunes; Cormier e Magnan (2008) verificaram em seu estudo que existe uma relação direta entre as escolhas contábeis gerenciais e o nível de rentabilidade das empresas, visto que uma grande parcela da remuneração dos executivos está vinculada ao desempenho.

A pesquisa de Jahmani, Dowling e Torres (2010), nos Estados Unidos, teve como finalidade investigar se os gestores selecionam o tempo de reconhecimento de perdas no valor recuperável do *goodwill*. Os autores utilizaram uma amostra de empresas que possuíam *goodwill* registrado em seu balanço entre os anos de 2003 e 2005. Eles constataram as empresas com Rentabilidade do Ativo abaixo de 2% por três anos consecutivos tendem a adiar o reconhecimento de perdas no valor recuperável do *goodwill*. Dessa maneira, o estudo de Jahmani, Dowling e Torres (2010) sugere que a rentabilidade é uma variável importante no que tange as perdas no valor recuperável. A *proxy* utilizada para a rentabilidade foi o retorno sobre o ativo (ROA).

### 3.3.3 Empresa de Auditoria Independente

H3: Empresas auditadas por “*Big Four*” possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as auditadas por outras empresas de auditoria independente.

Palmer (2008) constatou em sua pesquisa que empresas auditadas por grandes empresas de auditoria apresentaram melhor qualidade quanto ao atendimento às exigências de divulgação da norma australiana que determina o *disclosure* dos impactos da adoção inicial das normas contábeis australianas convergidas com as IFRS. Ressalta-se que esta variável (empresa de auditoria independente) foi a que se mostrou mais significativa em seu estudo.

O grupo das quatro maiores empresas de auditoria independente do mundo é conhecido por “*Big Four*”, e é formado pelas empresas: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young.

Destas empresas de auditoria externa, por se tratarem das maiores do mundo no ramo, espera-se uma preocupação em orientar seus clientes a seguirem as exigências de evidenciação preconizadas pelas normas de contabilidade financeira. Corroborando com esta assertiva, Frost, Gordon e Pownall (2008) discorrem que auditores que trabalham em uma *Big Four* são mais exigentes no que compete à adequabilidade das informações divulgadas com as normas de contabilidade pertinentes, e por esta razão o *disclosure* praticado por empresas auditadas por uma das *Big Four* tende a ser melhor.

A operacionalização desta variável ocorreu da seguinte maneira: atribuiu-se 1 para empresas auditadas por uma das *Big Four* e 0 para as empresas auditadas por outras empresas de auditoria.

### 3.3.4 Governança Corporativa

H4: Empresas que adotam nível diferenciado de governança corporativa possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as não aderentes a tais níveis.

A literatura estabelece relação teórica entre a governança corporativa das empresas e a qualidade de suas informações contábeis (ANTUNES; MENDONÇA, 2008). Para Ribeiro (2007), a sobrevivência a longo prazo da empresa implica evidentemente na busca do lucro e de bons resultados financeiros, contudo depende também da consolidação de relacionamentos com os investidores e com a comunidade.

O raciocínio subjacente é que a longo prazo a empresa precisa se consolidar em termos de relação com investidores, fornecedores, clientes e toda comunidade interessada. E neste contexto as boas práticas de governança corporativa possuem como uns de seus pilares a transparência (*disclosure*) e a obediência às leis do país (*compliance*).

O termo *compliance* pode ser entendido como “estar em conformidade com a lei” (IUDÍCIBUS; MARION; PEREIRA, 2003). Desta forma, no mínimo o que determinam as normas deve ser evidenciado (*disclosure* obrigatório) pelas empresas. E ressalta-se, que voluntariamente, elas podem decidir também por evidenciar (*disclosure* voluntário) mais informações, conforme explica Verrecchia (2001).

A BOVESPA possui três níveis diferenciados de governança corporativa, quais sejam: Nível I, Nível II e Novo Mercado. Empresas aderentes a tais níveis apresentam padrões superiores de governança corporativa.

A operacionalização desta hipótese ocorreu da seguinte maneira: 1 para as empresas que adotam algum dos níveis diferenciados de governança (Nível I, Nível II ou Novo Mercado) e 0 para as empresas que não adotam nível diferenciado de governança.

### 3.3.5 Internacionalização

H5: Empresas brasileiras que negociam ADRs nas principais Bolsas de Valores nos Estados Unidos possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável dos ativos do que as empresas listadas apenas na BOVESPA.

La Porta *et al.* (1997) constataram em sua pesquisa que o ambiente legal contribui para a extensão do mercado de capitais, visto que um bom ambiente jurídico protege os potenciais financiadores contra possíveis expropriações por parte de gestores. Desta forma, os referidos autores defendem que um bom ambiente legal incentiva os investidores a entregar seus recursos em troca de títulos da empresa, ampliando, portanto, a extensão do mercado de capitais de países com esta força jurídica.

Os Estados Unidos (EUA) possuem normas mais rígidas de governança corporativa, suportadas pela Lei Sarbanes-Oxley. Em adição a isto, no referido país as normas sobre *impairment test* de ativos de longa duração já eram obrigatórias antes da normatização ocorrida no Brasil.

A operacionalização desta hipótese ocorreu da seguinte maneira: 1 para empresas abertas brasileiras listadas na NYSE ou NASDAQ e 0 para empresas abertas brasileiras não listadas nestas bolsas de valores.

### 3.3.6 Nível de Endividamento

H7: Empresas com maior nível de endividamento possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que empresas com menor nível de endividamento.

Lanzana (2004) demonstrou em seu estudo, dentre outras variáveis significantes, que empresas com maior grau de endividamento tendem a apresentar maior transparência no que compete ao *disclosure* de informações.

As empresas endividadas podem estar com problemas na recuperabilidade de seus ativos, ou seja, é possível que seus investimentos não estejam gerando o retorno necessário para suprir as necessidades de capital da empresa. Considerando tal possibilidade, uma empresa endividada precisa evidenciar adequadamente a situação de recuperabilidade de seus ativos para seus financiadores de capital (acionistas e credores), de modo que estes possam analisar melhor a capacidade de pagamento da empresa. Como *proxy* para operacionalização desta hipótese utilizou-se o índice de endividamento total, que é obtido pela divisão entre passivo total e ativo total.

### 3.4 Modelo de Análise de Regressão Múltipla

A consecução do objetivo geral foi por meio de análise multivariada de dados. Conforme explicam Rodrigues e Paulo (2009), as técnicas de estatística multivariada permitem que se explore a *performance* conjunta das variáveis e se determine a influência ou importância de cada uma, estando as demais presentes.

Para esta pesquisa, a técnica de análise multivariada utilizada foi a regressão linear múltipla, desta maneira, assume-se como variável dependente o índice de evidenciação da empresa e seis variáveis independentes, quais sejam: tamanho da empresa (*tam*), rentabilidade (*rent*), empresa de auditoria independente (*aud*), governança corporativa (*gov*), internacionalização (*inter*) e endividamento (*endiv*).

A regressão linear múltipla mostrou-se a técnica mais adequada, visto que as empresas somente estão obrigadas a evidenciar as informações sobre a perda, quando efetivamente reconhecem perda, desta maneira, normalmente as empresas não reconhecem perda todos os anos, o que impossibilita o uso de técnicas para avaliar o comportamento temporal, visto que a cada ano observa-se, em sua maioria, empresas diferentes reconhecendo perdas no valor recuperável.

Os dados concernentes às variáveis independentes foram obtidos respeitando os anos correspondentes ao respectivo índice calculado, ou seja, para uma perda reconhecida em 2008 foram utilizados os dados relacionados ao exercício de 2008, sendo a mesma sistemática utilizada para os índices referentes 2009. As fontes dos dados para as variáveis independentes estão demonstradas no Quadro 3.

**Quadro 3: Fonte de Dados das Variáveis Independentes**

Variável	Proxy	Fonte
Tamanho	Total do Ativo (Logaritmo do Total Ativo)	ECONOMATICA
Rentabilidade	Rentabilidade do Ativo (ROA)	ECONOMATICA
Empresa de Auditoria Independente	1 - <i>Big Four</i> 0 - Outras	Site da BOVESPA
Governança Corporativa	1 - Adota Nível Diferenciado 0 - Não Adota Nível Diferenciado	Site da BOVESPA
Internacionalização	1 - Listada na NYSE ou NASDAQ 0 - Não Listada nestas Bolsas de Valores	Sites da NYSE e NASDAQ
Nível de Endividamento	Endividamento Total (ou Geral)	ECONOMATICA

Seis empresas componentes da amostra não constavam na base de dados do ECONOMATICA, desta maneira, para estas, foi necessária a busca das informações (ativo total, ROA e endividamento) nas demonstrações financeiras padronizadas (DFPs) do período arquivadas no site da BOVESPA. Estas empresas são: Andrade Gutierrez Participações S/A (Agpart); Camargo Correa Cimentos S/A (CamargoCim); Cia Brasileira de Energia (Brasileira); Telemar Participações S/A (Telemar Part); Unidas S/A (Unidas) e QGN

Participações S/A (QGN Partic). Para a melhor adequação do modelo transformou-se a variável ativo total (em milhares de reais) em logaritmo (ln). O *software* utilizado foi o Stata 11.0.

### 3.5 Limitações e Delimitações do Estudo

Este trabalho delimita-se a estudar a evidenciação da perda no valor recuperável em ativos imobilizados e intangíveis, visto que existem ativos que já possuem determinações específicas sobre reduções no valor recuperável. Portanto, em estudos sobre *impairment*, é importante delimitar o tipo de ativo que será estudado.

Os resultados desta pesquisa limitam-se à amostra pesquisada e foram analisadas as notas explicativas e demonstrações do resultado integrantes das DFPs publicadas nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Desta maneira, os resultados encontrados são referentes a esta amostra e período delimitado, não podendo assim ser extrapolados para outras empresas e diferentes períodos.

Também constitui uma limitação o fato de ter ocorrido uma crise financeira no período delimitado nesta pesquisa, o que pode ter afetado os dados financeiros e econômicos de 2008 e 2009.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa verificou as demonstrações contábeis e notas explicativas referentes ao período entre 2008 e 2011 de todas as empresas listadas na BOVESPA, exceto instituições financeiras e seguradoras, identificando 96 casos de perda no valor recuperável em ativos imobilizados ou intangíveis entre o período de 2008 a 2011, sendo 36 casos em 2008, 31 em 2009, 19 em 2010 e 10 casos em 2011. Nota-se que nos anos de crise econômica (2008 e 2009), as empresas tenderam a reconhecer mais perdas no valor recuperável de ativos, sendo 36 casos em 2008 e 31 em 2009, o que perfaz 67 casos de perdas compreendidos entre esses dois anos.

No que compete à natureza dos ativos que tiveram perda e a base utilizada no cálculo do valor recuperável, a Tabela 1 apresenta os resultados encontrados na amostra pesquisada.

**Tabela 1: Proporção dos Grupos e Base do Valor Recuperável Verificados na Amostra que Reconheceu Perda por *Impairment***

<b>Grupo que Reconheceu Perda por <i>Impairment</i></b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>
Apenas no Imobilizado	20	56%	19	61%	9	47%	4	40%
Apenas no Intangível	11	31%	7	23%	8	42%	5	50%
Imobilizado e Intangível	5	14%	5	16%	2	11%	1	10%
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100%</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>	<b>19</b>	<b>100%</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>
<b>Base Utilizada para o Valor Recuperável</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>
Valor em Uso	9	25%	10	32%	11	58%	4	40%
Valor Justo menos Despesas de Venda	1	3%	1	3%	3	16%	1	10%
Não Informada	26	72%	20	65%	5	26%	5	50%
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100%</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>	<b>19</b>	<b>100%</b>	<b>10</b>	<b>100%</b>

Percebe-se que nos anos de 2008, 2009 e 2010 houve maior ocorrência de perdas por *impairment* em ativos componentes do imobilizado, comparativamente às ocorridas em intangíveis. No que compete à base utilizada para calcular o valor recuperável, nos dois anos de crise econômica observou-se que a maioria das empresas não divulgou a base utilizada no cálculo do valor recuperável, o que já indica problemas na evidenciação das informações. Já nos anos de 2010 e 2011, percebeu-se uma razoável melhora no que tange a evidenciação da base utilizada para calcular o valor recuperável.



**Tabela 4: Correlograma - Matriz de Correlação entre as Variáveis Independentes**

	log_tam	Rent	Aud	Gov	Inter	Endiv
log_tam	1					
Rent	0,3887	1				
Aud	0,2537	0,2845	1			
Gov	0,1344	0,1401	0,1415	1		
Inter	0,6394	0,0976	0,1634	0,1269	1	
Endiv	-0,3802	-0,5434	-0,33	-0,2656	-0,1128	1

Na Tabela 4 é possível constatar que as variáveis ‘tamanho’ e ‘internacionalização’ possuem um considerável grau de correlação (0,6394) entre si, sendo acima de 50%. Uma possível solução em relação ao problema de multicolinearidade, a mais utilizada nas pesquisas, é a exclusão de variáveis suspeitas de causar problema na regressão (GREENE, 2003).

Uma possível solução para este problema é a exclusão de uma destas variáveis, para isto, foram realizados testes excluindo cada uma destas duas variáveis, constatando assim diferenças significativas nos modelos encontrados. O modelo mantendo o tamanho, que já era uma variável significativa, e excluindo a variável internacionalização mostrou-se melhor. Além disso, também foram realizados testes com as variáveis rentabilidade e endividamento, visto que estas duas também apresentaram uma considerável correlação entre si (-0,5434), e os resultados mostraram que o modelo excluindo o endividamento e mantendo a rentabilidade ficou com o R<sup>2</sup> ajustado mais baixo, já o modelo mantendo o endividamento e excluindo a rentabilidade ficou com o R<sup>2</sup> mais alto e apresentou mais uma variável significativa (o endividamento ao nível de 10%).

Desta maneira, a Tabela 5 apresenta os resultados do modelo final adotado, ou seja, excluídas as variáveis independentes ‘internacionalização’ e ‘rentabilidade’.

**Tabela 5: Resultados do Modelo Final**

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t	Valor-P
Constante	-22,863	17,1816	-1,331	0,1866
log_tam	3,032	1,0555	2,873	0,0051
Aud	13,059	5,2014	2,511	0,0138
Gov	7,593	4,4288	1,714	0,0899
Endiv	0,050	0,0302	1,663	0,0997

F: 5,33  
 Valor p: 0,00066  
 R<sup>2</sup>: 0,19  
 R<sup>2</sup> Ajustado: 0,1543

Na Tabela 5, o valor-p do modelo igual a 0,0006 indica que em conjunto as variáveis independentes são significativas para explicar a variável dependente. Em média aproximadamente 19% das variações no nível de evidenciação da redução no valor recuperável de ativos podem ser explicadas por uma relação linear envolvendo as variáveis relacionadas ao tamanho, auditoria, governança corporativa e endividamento.

Já analisando o poder explicativo individual de cada variável independente, constata-se que as variáveis ‘tamanho’ e ‘empresa de auditoria’ são significativas, ao nível de significância de 5%, para explicar o nível de evidenciação da redução no valor recuperável de ativos. E as

variáveis ‘governança corporativa’ e ‘endividamento’ possuem poder explicativo ao nível de significância de 10%.

Ressalta-se que a homoscedasticidade dos resíduos foi testada através do teste de *White*, que resultou em um valor-p igual a 0,544, aceitando a hipótese nula que atesta a homoscedasticidade dos resíduos.

Confirma-se a hipótese que empresas maiores possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que empresas menores, possivelmente por terem maior estrutura econômica e financeira e um departamento de contabilidade mais estruturado, conforme apontado por Depoers (2000).

Além disso, outra explicação para um maior nível de *disclosure*, nas empresas maiores, seriam os benefícios de divulgação que elas possuem, conforme apontado por Embong, Mohd-Saleh e Hassan (2012) a redução do custo de capital é um destes benefícios.

A variável empresa de auditoria também se apresentou significativa no Modelo, confirmando a hipótese que empresas auditadas por “*Big Four*” possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as auditadas por outras empresas de auditoria independente. Isso sugere que as empresas de auditoria podem contribuir com a *compliance* nas empresas, e conseqüentemente com a transparência das informações exigidas pelas normas de contabilidade financeira.

Entretanto, salienta-se que apesar dos resultados indicarem que empresas auditadas por *Big Four*, em média, possuem um melhor nível de evidenciação, nenhuma das empresas divulgou plenamente todos os requisitos exigidos.

A variável ‘governança corporativa’ mostrou-se significativa ao nível de 10%, o que indica que, em média, na amostra observada, as empresas que adotam algum nível diferenciado de governança corporativa evidenciam mais informações sobre a perda no valor recuperável de ativos.

Em relação a variável endividamento, mostrou-se relevante ao nível de 10%, o que sugere que empresas mais endividadas, em média, apresentam um maior nível de evidenciação sobre a perda no valor recuperável de ativos. Para ampliar o campo de análise, a seguir é apresentada a Tabela 6 com a média de endividamento em cada um dos anos compreendidos no período verificado.

**Tabela 6: Média de Endividamento**

Ano	Média Endividamento
2008	81,60%
2009	64,77%
2010	92,32%
2011	66,40%

É possível notar que a maior média percentual de endividamento ocorreu no ano de 2010, que corresponde à média das 19 empresas que reconheceram perda no valor recuperável neste ano, e como foi observado anteriormente na Tabela 2 houve também um aumento na média de evidenciação das empresas. O estudo de Lanzana (2004) também obteve indícios de que empresas com maior grau de endividamento tendem a apresentar uma maior transparência no que compete ao *disclosure* de informações.

## 5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou identificar se existe relação entre o nível de evidenciação (*disclosure*) da perda no valor recuperável de ativos e determinadas características das empresas de capital aberto brasileiras. A análise foi efetuada nas empresas brasileiras de capital aberto

que reconheceram perda no valor recuperável de ativos imobilizados ou intangíveis entre o período de 2008 e 2011. Os principais resultados deste estudo foram:

- ✓ Em anos de crise econômica as empresas tenderam a reconhecer mais perdas no valor recuperável de ativos e justamente nesses anos o nível de evidenciação realizada se apresentou mais deficiente, comparativamente aos anos em que não ocorreu crise;
- ✓ As variáveis ‘tamanho’ e ‘empresa de auditoria’ mostraram-se significativas ao nível de significância de 5%, indicando que empresas maiores e auditadas por *big four*, em média, tiveram um maior nível de evidenciação de informações a respeito da perda no valor recuperável de ativos;
- ✓ As variáveis ‘governança corporativa’ e ‘endividamento’ mostraram-se significativa, ao nível de 10%, para explicar o nível de evidenciação, demonstrando que a *compliance*, a transparência e o grau de endividamento possuem alguma relação com a divulgação pertinente a perda no valor recuperável dos ativos;

A adoção de nível diferenciado de governança corporativa demonstra ter efeito sobre a evidenciação da perda no valor recuperável dos ativos, o que pode sugerir que estas empresas prestam uma atenção maior à publicação desta informação, comparativamente aquelas que não adotam nenhum padrão diferenciado de governança corporativa.

Em geral, notou-se que houve uma pequena evolução na evidenciação, visto que a média de evidenciação cresceu nos anos de 2010 e 2011, comparativamente a média dos anos de 2008 e 2009, entretanto, as empresas ainda precisam evoluir no que tange à transparência das informações pertinentes ao valor recuperável de seus ativos, para então atender plenamente aos reais propósitos das normas internacionais de contabilidade, que é promover uma informação útil e de qualidade aos seus usuários.

Nesse contexto, os resultados desta pesquisa abrem caminho para pesquisas posteriores avaliarem se as empresas evoluíram na evidenciação das perdas no valor recuperável de ativos, bem como alerta aos órgãos normatizadores e fiscalizadores brasileiros sobre a carência de divulgação plena por parte das empresas, que podem estar passando por dificuldades em compreender como elas devem evidenciar essas informações em suas notas explicativas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gustavo Amorim; MENDONÇA, Mark Miranda de. Impacto da adesão aos níveis de governança da Bovespa na qualidade da informação contábil: uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. In: CONGRESSO ANPCONT, 2., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: AnpCONT, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEATTY, Anne; WEBER, Joseph. Accounting discretion in fair value estimates: an examination of SFAS 142 goodwill impairments. **Journal of Accounting Research**, v. 44, n. 2, 2006. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2006.00200.x.

BINI, Mauro; BELLA, Chiara Della. Determinants of market reactions to goodwill write-off after SFAS-142. **Managerial Finance**, v. 33, n° 11, p. 904-914, 2007. DOI:10.1108/03074350710823854.



BORBA, José Alonso; SOUZA, Maíra Melo; ZANDONAI, Fabiana. Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EnANPAD, 2009. CD-ROM.

BORGERTH, Vânia Maria Costa da. **SOX entendendo a lei sarbanes-oxley**: um caminho para a informação transparente. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BRAMMER, Stephen; PAVELIN, Stephen. Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, p. 120-136, 2008. DOI: 10.1002/bse.506.

BUSHMAN, Robert M.; SMITH, Abbie, J. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. **Economic Policy Review**, abril 2003.

CARLIN, Tyrone M.; FINCH, Nigel; KHAIRI, Khairil Faizal. FRS36 and post-transition compliance quality among Singapore firms. **Asian Review of Accounting**, v. 18, n. 3, p. 221 – 244, 2010. DOI: 10.1108/13217341011089630.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes. **Contabilidade internacional**: aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2006.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 01, de 07 de setembro de 2007. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*). Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em 15 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 01 R1, de 06 de agosto de 2010. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*). Disponível em: <www.cpc.org.br/>. Acesso em 01 de dezembro de 2010.

DEPOERS, Florence. A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. **European Accounting Review**, v. 9, p. 245-263, 2000. DOI: 10.1080/09638180050129891

DUH, Rong-Ruey; LEE, Wen-Chih; LIN, Ching-Chieh. Reversing an impairment loss and earnings management: The role of corporate governance. **The International Journal of Accounting**, v. 44, p. 113-137, 2009. DOI:10.1016/j.intacc.2009.03.001.

EMBONG; Zaini, MOHD-SALEH, Norman; HASSAN, Mohamat Sabri. Firm size, disclosure and cost of equity capital. **Asian Review of Accounting**, v. 20, n. 2, p.119- 139, 2012. DOI: 10.1108/13217341211242178.

FIELDS, Thomas; LYS, Thomas; VICENT, Linda. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.

FROST, Carol; GORDON, Elizabeth; POWNALL, Grace. Financial reporting and disclosure quality, and emerging market companies. Access to capital in global markets. **Social Science Research Network**, abril, 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\_id=802824>. Acesso em: 05 de setembro de 2010.

GREENE, **William H.** *Econometric analysis*. Pearson education India, 2003.

GÖX, Robert F.; WAGENHOFER, Alfred. Optimal impairment rules. **Journal of Accounting and Economics**, v. 48, p. 2-16, 2009. DOI: 10.1016/j.jacceco.2009.04.004.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERRMANN, Don; SAUDAGARAN, Shahrokh M.; THOMAS, Wayne B. The quality of fair value measures for property, plant, and equipment. **Accounting Forum**, v. 30, p. 43-59, 2006. DOI: 10.1016/j.accfor.2005.09.001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. MARION, José Carlos de; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JAHMANI, Yousef; DOWLING, William, A; TORRES, Paul D. Goodwill impairment: a new window for earnings management. **Journal of Business & Economics Research**, v. 8, nº 2, p. 19-23, 2010.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, nº 4, 1976. DOI: 10.1016/0304-405X(76)90026-X.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. Investor protection and corporate governance. **Journal of Financial Economics**, v. 58, p. 3-27, 2000. DOI: 10.1016/S0304-405X(00)00065-9.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. Legal determinants of external finance. **The Journal of Finance**, v. LII, n. 3, 1997. DOI: 10.2307/2329518.

LANZANA, Ana Paula. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LAPOINTE-ANTUNES, Pascale; CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel. Equity recognition of mandatory accounting changes: the case of transitional goodwill impairment losses. **Canadian Journal of Administrative Sciences**, v. 25, p. 37-54, 2008. DOI:10.1002/CJAS.41.

LEV, Baruch; MANDELKER, Gershon. The Microeconomic Consequences of Corporate Mergers. *The Journal of Business*, v. 45, n. 1, p. 85-104, 1972.

LOPES, Alexsandro Brodel; MARTINS Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MCSWEENEY, Brendan. The roles of financial asset market failure denial and the economic

- crisis: Reflections on accounting and financial theories and practices. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, p. 835-848, 2009. DOI: 10.1016/j.aos.2009.04.007.
- ONO, Heverton Masaru; RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. Disclosure sobre impairment: uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, p. 67-87, jan./abr. 2010.
- PALMER, Philip D. Disclosure of the impacts of adopting Australian equivalents of International Financial Reporting Standards. **Accounting and Finance**, v. 48, p. 847-870, 2008. DOI: 10.1111/j.1467-629X.2008.00262.x.
- PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves et al. Um estudo sobre a relação entre o lucro contábil e o disclosure das companhias abertas do setor de materiais básicos: evidências empíricas no mercado brasileiro de capitais. In: CONGRESSO ANPCONT, 2., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: AnpCONT, 2008.
- RODRIGUES, Adriano; PAULO, Edilson. Introdução à análise multivariada. In: CORRAR, Luiz J; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Org.). **Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SANTOS, Odilanei Moraes dos. Análise da evidenciação das informações sobre o impairment dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas. **Revista Base**, v. 6, n. 3, p. 258-274, setembro/outubro 2009.
- SEVIN, Suzanne; SCHROEDER, Richard. Earnings management: evidence from SFAS No. 142 reporting. **Managerial Auditing Journal**, v. 20, n. 1, p. 47-54, 2005. DOI:10.1108/02686900510570696.
- SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A Survey of Corporate Governance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, jun. 1997. DOI: 10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x.
- SILVA, Paula Danyelle Almeida da; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; SANTOS, Odilanei Moraes dos. Análise da evidenciação das informações sobre o impairment dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas. **Revista Base**, v. 6, n. 3, p. 258-274, setembro/outubro 2009.
- STREET, Donna L. BRYANT, Stephanie M. Disclosure level and compliance with IASs: a comparison of companies with and without U.S. listings and filings. **The International Journal of Accounting**, v. 35, n. 3, 2000. DOI: 10.1016/S0020-7063(00)00060-1.
- TAVARES, Márcia Ferreira Neves et al. Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC-01 - redução ao valor recuperável de ativos. In: CONGRESSO ANPCONT, 4., 2010, Natal. **Anais...** Natal: AnpCONT, 2010.
- WHITWELL, Gregory, J.; LUKAS, Bryan, A.; HILL, Pall. Stock analysts' assessments of the shareholder value of intangible assets. **Journal of Business Research**, v. 60, p. 84-90, 2007. DOI: 10.1016/j.jbusres.2006.09.017.
- ZUCCA, Linda J.; CAMPBELL, David R. A closer look at discretionary write downs of impaired assets. **Accounting horizons**, v. 6, nº 3, 1992.